



8/24

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS



PROJETO PEDAGÓGICO

Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias



Programa



1. Identificação

Nome do Curso: Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias
Área de Estudo: Gestão
Áreas e subáreas do conhecimento:
6.02.02.00-9 Administração Pública
6.02.02.03-3 Política e Planejamento Governamentais 7.09.00.00-0 Ciência Política
Modalidade: Presencial
Instituição Promotora: Enap (em parceria com a Enagro)
Número de vagas: 30 (trinta) vagas, sendo 2 (duas) reservadas para pessoas com deficiência.
Local de realização: Enap campus Asa Sul
Portaria de Credenciamento: Portaria nº 660 do Ministério da Educação, de 22 de maio de 2017

2. Apresentação

Este documento apresenta a concepção, finalidade e organização curricular do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), uma escola de governo do Poder Executivo Federal, que oferece formação e aperfeiçoamento em Administração Pública a servidores públicos federais.

O Curso de Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias está inserido no contexto dos demais cursos de Especialização Lato Sensu da Enap, que visam à qualificação do quadro de servidores públicos federais de nível superior em competências no campo da gestão pública. Esses cursos têm por objetivo proporcionar a servidores, com formações nas mais diversas áreas do conhecimento, a oportunidade de aprimorar conhecimentos de caráter interdisciplinar, com foco nas questões gerais e estruturantes do campo da gestão pública, qualificando-os para uma atuação mais abrangente no serviço público federal.

O Curso de Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias é um curso de Pós-Graduação Lato Sensu em parceria com a Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro), de oferta presencial, e sua primeira edição está prevista para o período de 2019 - 2020. Com este curso a Enap busca atender à demanda crescente por cursos de pós-graduação para servidores que atuam no amplo conjunto de instituições públicas federais que tratam da gestão de políticas públicas que afetam o setor agropecuário brasileiro. Esta demanda está associada à necessidade dos órgãos públicos de dotarem seus quadros de competências cada vez mais complexas, envolvendo capacidade de análise dos desafios postos para a Administração Pública em um contexto de mudanças, que coloca a necessidade de novos arranjos organizacionais, coordenação intra, inter e extragovernamental, gestão participativa e inovação constante na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Busca-se o desenvolvimento de competências que se espera estarem presentes em profissionais capazes de assumir ou que já ocupam cargos de direção e assessoramento superior.

Os projetos pedagógicos dos cursos de especialização da Enap são produtos de um esforço institucional de compreensão das exigências de conhecimento na Administração Pública, visando o desenvolvimento das capacidades dos servidores para prover um Estado democrático, participativo, gerido com zelo, mas também com audácia, para incorporar novos

temas. Com isso, a Enap busca estimular servidores públicos federais a tomar decisões em ambiente cujas incertezas tendem cada vez mais a serem a regra e não a exceção.

A organização deste documento pauta-se na visão de que o Projeto Pedagógico de um curso é fruto de um esforço coletivo e institucional. Contribuíram para esta proposta a Coordenação de Pós-Graduação Lato Sensu da Enap, dois servidores públicos da Enagro, um pesquisador da Embrapa e um servidor público do Ministério do Meio Ambiente. Foram realizadas duas oficinas para discussão de seus princípios, das práticas pedagógicas e da estrutura curricular. Esta proposta de Projeto Pedagógico buscou incorporar e compatibilizar todas as sugestões feitas.

3. Objetivo

Ampliar a competência de servidores públicos federais e empregados públicos federais para gerenciar e atuar como agentes de gestão de políticas públicas para o setor agropecuário visando a melhoria dos processos, com ações transversais e integradoras no âmbito federal, estadual e municipal.

3.1. Competências e habilidades

- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe forneçam uma visão sistêmica e abrangente das atividades relacionadas à gestão de políticas agropecuárias de forma integrada à estratégia da organização, seus serviços, processos, cultura e pessoas;
- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe possibilitem compreender a relação da agricultura com o ambiente e seu papel no desenvolvimento econômico e social do país;
- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe estimulem distinguir e analisar a aplicação de instrumentos de política e gestão adequados para os diferentes ambientes, situações e sistemas agrícolas;
- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe permitam fortalecer as competências para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas para o setor agropecuário e sua interação com políticas públicas voltadas para os demais setores produtivos;
- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe permitam construir sinergias entre agentes e instituições relacionadas com o setor agropecuário;
- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe permitam compreender os riscos e oportunidades, atuais e futuros, enfrentados por organizações públicas, direta e indiretamente relacionadas com o setor agropecuário, para elaboração e ou revisão de políticas públicas, visando a implantação de estratégias para o desenvolvimento brasileiro com sustentabilidade ambiental, econômica e social;
- Estimular a interação entre servidores públicos federais e empregados públicos federais que atuam no setor agropecuário com professores do curso, por meio de atividades em grupo, visando a mútua compreensão da diversidade das políticas que afetam o setor agropecuário e as especificidades do setor.

4. Fundamentos da Proposta

Políticas públicas agropecuárias são formas de intervenção do Estado, através de mecanismos de participação, que servem de orientação para instrumentalizar, regular e amparar a produção agrícola nacional. No Brasil, pode-se afirmar que a agricultura é o setor econômico onde se dá a maior interferência do Estado. E isto se justifica, porque além de ser a atividade de maior risco (decorrente de incertezas do clima e do mercado, principalmente) quando comparada com atividades industriais e comerciais, é o setor responsável por fornecer produtos primários, em especial alimentos, para o país. O Brasil é um dos grandes produtores de alimentos, tanto commodities como não commodities, e conta com uma grande diversidade de sistemas regionais de produção de alimentos. Estes envolvem pequenos, médios e grandes produtores rurais. Mas esta divisão camufla uma característica comum a todos os sistemas de produção agrícola: todos os produtores rurais geram suas unidades de produção, precisam respeitar a legislação (ambiental, trabalhista, fiscal, sanitária etc), fazem limpeza de áreas de plantio, preparam o solo, semeiam/plantam, criam e alimentam animais, controlam organismos indesejados, processam seus produtos e precisam ter renda resultante de seu trabalho.

Portanto, todos produzem num contexto de muitas particularidades dada a dependência estrutural da agropecuária de condições ambientais, que introduzem descontinuidades na atividade produtiva, impõem um tempo de produção maior que o tempo de trabalho e reduzem a lucratividade da produção agrícola. Ou seja, a produção agropecuária depende quase que totalmente das condições climáticas para a obtenção de boas ou más safras; a receita bruta é maior em períodos de más safras e tende a se reduzir em períodos de grandes safras; e a demanda por alimentos do setor agrícola é praticamente inelástica em relação à renda, enquanto que a demanda por produtos industriais, incluindo alimentos, é bastante elástica em relação à renda.

Atualmente, a política agrícola brasileira envolve distintos ministérios (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Casa Civil, Ministério da Economia, Ministério do Meio Ambiente, entre outros). Quem define os parâmetros a serem observados na implementação dos instrumentos da política agrícola, bem como operacionaliza as diretrizes do Plano Agrícola e Pecuário, por meio de suas secretarias e órgãos, é o MAPA. Cabe, portanto, a ele o papel estratégico de conduzir a política agrícola brasileira, visando regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, e estimular a produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar, especialmente urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados.

O papel do MAPA e dos demais órgãos que definem políticas que afetam diretamente o setor agropecuário é mais difícil do que parece. Isto porque as políticas para o setor e o contexto no qual se inserem, historicamente oscilam entre o combate à escassez e a administração da produção excedente. Além disso, atualmente novas demandas estão sendo impostas à agricultura. No plano interno, constata-se um aumento da demanda por produtos agrícolas saudáveis e sadios, e uma retomada do crescimento do consumo de agroenergia. No plano externo, e impulsionado pelas demandas da Ásia, do Oriente Médio e da Rússia, entre outros países, observa-se um forte aumento da demanda por proteínas vegetais e animais.

Portanto, entende-se que o curso de especialização oferecido pela Enap para servidores públicos federais e empregados públicos federais que atuam como agentes de gestão de políticas públicas para o setor agropecuário deve se apoiar em disciplinas e atividades didático-pedagógicas que permitam aos envolvidos:

- Compreender a dependência que o produto agrícola tem do ambiente onde é produzido, bem como os impactos da atividade agrícola no ambiente natural, no clima e nas cidades;
- Entender o papel da agricultura no desenvolvimento da humanidade e em particular do Brasil, onde, fora o ciclo do ouro e das pedras preciosas, o setor agropecuário tem historicamente papel fundamental na economia nacional, principalmente com a exportação de cana de açúcar, cacau, borracha, algodão, café e, mais recentemente, soja e milho;
- Compreender o papel que as grandes transformações econômicas, técnicas e demográficas dos últimos séculos, especialmente a partir do século XVII, têm no desenvolvimento das formas de se fazer agricultura conhecidas hoje em dia, as quais transformaram a função principal de parte dos sistemas agrícolas, de produtor apenas de alimentos em produtor de alimentos e mercadorias, sendo elas alimentos ou não;
- Conhecer a diversidade de sistemas agropecuários que podem existir em um país tropical de dimensões continentais (diversidade de biomas e de paisagens, diversidade cultural dos grupos sociais envolvidos e diversidade de tecnologias adotadas, da enxada aos robôs e drones), bem como as multifuncionalidades do setor agropecuário e sua interdependência da economia local, nacional e internacional;
- Compreender os desafios que são impostos por políticas de intensificação da produção e políticas de expansão das áreas agricultadas, bem como os desafios decorrentes do aumento da população que exige aumento da produção e eficiência na distribuição do alimento;
- Compreender os limites ambientais e socioeconômicos do crescimento da produção agrícola (aumento de produção x formação de preços agrícolas x crescimento da população urbana);
- Entender a importância dos sistemas agrícolas integrados, da agricultura de baixa emissão de carbono, do acesso democrático à terra, da geração de renda justa e do consumo responsável para manutenção do equilíbrio social, ambiental e econômico;
- Compreender que a eficiência e a eficácia dos sistemas agrícolas contemporâneos dependem mais de princípios científicos (tais como conceitos de sistemas autônomos e sistemas heterônomos, de sucessão ecológica e alteração da estrutura da comunidade ao longo do tempo, leis da termodinâmica e da conservação da energia) do que de lógica de mercado;
- Compreender que as diferentes políticas que afetam o setor agropecuário e que adotam estratégias distintas, devem a rigor possuir um objetivo comum que é tornar a agricultura socialmente mais justa e ambientalmente sustentável.

5. Público-Alvo

O curso é destinado a servidores públicos ocupantes de cargo efetivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, empregados públicos concursados de entidades vinculadas a este ministério e demais servidores públicos federais ocupantes de cargo efetivo, empregados públicos federais concursados e militares federais do quadro efetivo das Forças Armadas.

6. Local

As aulas ocorrerão na Enap campus Asa Sul, localizada no Setor de Áreas Isoladas Sul (SAIS) Área 2-A, CEP 70.610-900, Brasília, DF.

Eventuais aulas de reposição e demais atividades poderão ocorrer em outros locais, previamente informados pela Coordenação do curso.

7. Período e Periodicidade

- Curso não regular;
- Modalidade: presencial;
- Turno: diurno e noturno;
- Duração: até 18 meses;
- Horário de aulas: terças e quartas-feiras das 9 h às 12 h e quintas-feiras das 19 h às 22 h.
- Visitas técnicas em horários a serem combinados.

8. Processo seletivo

Para ingresso no curso, o candidato deverá ser aprovado em processo seletivo, dentro do número de vagas ofertadas, que contempla três etapas consecutivas:

- Análise e avaliação curricular;
- Análise e avaliação de memorial;
- Entrevista.

O processo seletivo será conduzido por comissão de seleção integrada por profissionais da Enap, em parceria com a Enagro, e especialistas contratados para esse fim.

9. Requisitos para ingresso do curso

São requisitos para ingresso no curso:

1. Ser graduado em qualquer curso de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC;
2. Ser servidor público federal ocupante de cargo efetivo, empregado público federal concursado ou servidor militar federal integrante do quadro efetivo das Forças Armadas;
3. Pertencer ao público-alvo a que se destina o processo seletivo, conforme Edital;
4. Não estar cursando outro programa de Pós-Graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu, da Enap;
5. Não ter cursado outro programa de Pós-Graduação Lato Sensu ofertado pela Enap nos últimos dois anos;
6. Cumprir com o disposto no Edital;
7. Ser aprovado no processo seletivo conduzido pela Enap; e
8. Apresentar os documentos necessários para a efetivação da matrícula.

10. Estrutura curricular

10.1. Carga horária

A carga horária exigida para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas Agropecuárias, pela Enap, será de 369 horas, a serem completadas em disciplinas obrigatórias.

10.2. Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

Além da carga horária mínima de 369 horas, o aluno terá o prazo de 60 a 120 dias para elaboração e entrega do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), conforme Regulamento da Enap.

O TCC poderá ser elaborado em um dos quatro tipos básicos abaixo descritos, considerando-se os objetivos propostos:

- Pesquisa teórica: visando a análise e discussão de teorias de base da gestão pública no setor agropecuário;
- Pesquisa metodológica: visando estudar modos de construção de políticas públicas;
- Pesquisa empírica: visando propor novos conhecimentos, apoiada, portanto, em ação que seja de fato real/medida/concreta;
- Pesquisa prática ou pesquisa ação: visando apresentar um ciclo no qual se aprimora a prática, pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela.

Os métodos poderão ser apoiados em entrevistas, análise de documentos, pesquisa de campo ou revisão bibliográfica.

O tema do TCC, em qualquer um dos formatos, deverá ser de alguma forma relacionado com o universo da gestão de políticas públicas agropecuárias, seja do ponto de vista teórico ou conceitual, seja sob uma perspectiva empírica.

O acompanhamento do desenvolvimento dos TCCs será realizado pelo docente orientador (e coorientador, quando pertinente) junto ao aluno a partir de dinâmica por eles estabelecida.

10.3. Grade de disciplinas

Sequência	Disciplinas	Carga Horária
1	Agricultura e ambiente	36
2	Sistemas agrícolas e agroindustriais no Brasil	30
3	Governança em políticas públicas	30
4	Políticas agropecuárias no Brasil	30
5	Economia e políticas públicas agropecuárias	30
6	Regulação do setor agropecuário	24
7	Políticas ambientais e agricultura	24
8	Políticas de desenvolvimento rural	27
9	Segurança jurídica: terra, trabalho e renda	18
10	Análise de políticas para o setor agropecuário	30

11	Gestão de riscos e seguro agrícola	18
12	Gestão e inovação tecnológica no setor agropecuário	15
13	Diálogos Metodológicos	24
14	Disciplina Integradora Aplicada	18
15	Palestras em políticas agropecuárias	15
	Total	369

As atividades e o conteúdo do curso estão organizados conforme a estrutura abaixo. Recomenda-se garantir uma articulação dos diferentes conteúdos obrigatórios seguindo-se, na medida do possível, a sequência indicada.

10.4. Ementa das disciplinas

Agricultura e Ambiente (36 horas)

Ementa: Noções de história da agricultura. Agroecossistemas: fatores físicos, químicos, biológicos, socioeconômicos e territoriais. Características e interações nos agroecossistemas tropicais. Questão ambiental e desenvolvimento: evolução, fatores antrópicos de desequilíbrio ambiental (extinções, destruição de habitats e mudanças climáticas) e cenários para o planeta Terra. Bases teóricas da sustentabilidade: ecossistemas e agroecossistemas; sistemas autônomos x sistemas heterônomos. Visão energética da agricultura. Intensificação da produção x diversificação da produção. Multifuncionalidade da agricultura. Serviços ambientais. Agricultura e patrimônio imaterial. Segurança alimentar x segurança do alimento.

Sistemas agrícolas e agroindustriais (30 horas)

Ementa: Diversidade e complexidade de sistemas agrícolas utilizados no Brasil: ambiente, terra e homem. Sistemas de redução x sistemas de convivência. Agricultura e pecuária. Monocultivos, policultivos e sistemas integrados. Sistemas agroindustriais e cadeias produtivas: setor sucroalcooleiro, cadeia de carnes, leite e derivados, setor hortifrutigranjeiro, setor madeireiro, cadeia de fumo. Agricultura familiar e agricultura orgânica. Agronegócio da soja e do milho. Agricultura urbana e periurbana. Organizações setoriais e cooperativas. Tendências nacionais e internacionais no setor.

Governança em políticas públicas (30 horas)

Ementa: Conceitos de Estado e governo. Conceitos de instituições públicas e políticas públicas. Conceito de Governança. Gestão pública: origem e desenvolvimento. Escolas, perspectivas teóricas, experiências contemporâneas e debates sobre gestão pública e reformas administrativas. Principais características das relações entre Estado e sociedade no período recente. Cooperativismo e parcerias público-privadas. Etapas da política pública: identificação de demandas e definição da agenda, formulação, implantação e avaliação. Análise sobre políticas públicas: do positivismo ao pós-positivismo. Estado em rede. Descentralização e coordenação. Novos instrumentos de políticas públicas não-hierárquicas. Pdos de impacto ambiental: potencial e fragilidades.

Políticas agropecuárias no Brasil (30 horas)

Ementa: Políticas de desenvolvimento, políticas de defesa e políticas de incentivo. Atores e seus interesses na intervenção do Estado. Formulação de políticas públicas. Relação entre ciência e política pública. Importância de evidências para formulação de políticas públicas. Construção de políticas baseadas em evidências. Tipologias de políticas públicas para a agricultura: crédito rural; zoneamento agrícola; seguro rural; comercialização; preço mínimo; programas especiais de fomento setorial e de fomento regional. Câmaras setoriais e câmaras temáticas: função e atuação. Políticas voltadas para a agricultura familiar. Estudos de casos a serem definidos com a turma.

Economia e políticas agropecuárias (30 horas)

Ementa: Estado e globalização. Fundamentos de macro e de microeconomia. Natureza e funções de intervenção do Estado na economia. Falhas de mercado x falhas de governo. Distinção entre agropecuária e agronegócio. Participação da agropecuária e do agronegócio no PIB brasileiro. Funções clássicas da agropecuária no processo de desenvolvimento econômico. Interação entre agropecuária e o processo de industrialização. Papel dos incentivos. Livre comércio, protecionismo e subsídios agrícolas. Instrumentos de política econômica que afetam a agropecuária: política fiscal, política monetária, política cambial, política de rendas, política comercial, política de crédito rural, política de preços mínimos, política de pesquisa e extensão rural, políticas específicas para alguns produtos (café, açúcar e trigo) e insumos (fertilizantes e equipamentos), política de uso de recursos florestais. Estudos de casos a serem definidos com a turma.

Regulação no Setor Agropecuário (24 horas)

Ementa: Serviços públicos e regulação estatal no setor agropecuário: controvérsias e limitações. Dispositivos constitucionais e legais no setor agropecuário. Normatização de serviços vinculados ao setor agropecuário. Lei Agrícola (Lei nº 8.171/91). Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64). Lei do Crédito Rural (Lei nº 4.829/65). Plano Agrícola e Pecuário. Conselho Monetário Nacional e resoluções que afetam o setor agropecuário. Zoneamento agrícola. Legislação ambiental em áreas rurais: CAR, APP e Novo Código Florestal. Regulamento e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Estrutura legal para produtos de origem vegetal. Normatização de insumos agrícolas e pecuários. Defesa agropecuária: instrumentos legais, gestão e fiscalização. Legislação do trabalho rural. Estudos de casos a serem definidos com a turma.

Políticas ambientais e agricultura (24 horas)

Ementa: Tipo de política ambiental: instrumentos de comando e controle (limites para emissão de poluentes, estabelecimento de normas técnicas, licenças e exigências ambientais, cotas de extração para recursos naturais) e instrumentos econômicos (taxação, subsídios, mercado para poluição). Licenças ambientais. Política Nacional para os Recursos Hídricos. Regulamentações para poluição do solo e resíduos sólidos. Código Florestal. Cadastro ambiental rural. Estudos de impacto ambiental: potencial e fragilidades.

Políticas de desenvolvimento rural (27 horas)

Ementa: Promoção da educação no campo. Promoção da igualdade de gênero, de raça e de etnia no meio rural. Cooperativismo. Assistência técnica e extensão rural. Reordenamento agrário. Políticas para sistemas de base familiar. Políticas de segurança alimentar e nutricional. Políticas de desenvolvimento territorial. Pagamento de serviços ambientais. Políticas de saúde

rural. Políticas habitacionais para o meio rural. Políticas de armazenamento de produtos agrícolas, escoamento da produção (infraestrutura e logística) e abastecimento.

Segurança jurídica: terra, trabalho e renda (18 horas)

Ementa: Reforma agrária x invasão de terras. Demarcação de terras indígenas; comunidades quilombolas e comunidades tradicionais; regularização de terras na Amazônia. Unidades de 10 conservação. Uso de terras na faixa de fronteira. Legislação do trabalho rural. Violência no campo. Regulação de mercado. Renda no setor agrícola: desigualdades; distribuição; políticas.

Análise de políticas para o setor agropecuário (30 horas)

Ementa: Ciclo da política: formação da agenda, formulação, implantação e avaliação. Tipologias de políticas públicas. Processos e agentes na escolha de políticas públicas (partidos políticos, grupos de interesse, burocracias, instituições). Modelos de tomada de decisão: racional, institucionalista, incremental e suas variantes. Dilemas associados à definição de políticas públicas. Análises de políticas que afetam o setor agropecuário, a serem definidas com a turma.

Gestão de riscos e seguro agrícola (18 horas)

Ementa: Setor agropecuário: importância e volatilidade. Riscos no setor agropecuário: de produção, de mercado e no ambiente de negócios. Instrumentos de gestão de riscos: investimentos, assistência técnica, políticas. Atores na gestão de riscos: produtores rurais, setor privado, setor público. Estratégias de gestão de riscos: mitigação, transferência, resposta. Seguro agrícola e garantia de preço. Políticas e programas públicos de gestão de riscos agropecuários no Brasil. Desafios na gestão de riscos.

Gestão e inovação tecnológica no setor agropecuário (15 horas)

Ementa: Papel da ciência e da tecnologia na modernização tecnológica da agricultura. Inovação tecnológica como estratégia para a competitividade. Tecnologia x aumento da produtividade. Sistemas sustentáveis de produção e efeito poupa terra. Tecnologias de informação e comunicação, tecnologias baseadas em inteligência artificial, biotecnologias, nanotecnologias e tecnologias geoespaciais. Papel do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Análise e estratégia tecnológica. Análise de rotas tecnológicas. Tecnologias agroindustriais básicas: metrologia, normalização, certificação, informação tecnológica, design e propriedade intelectual.

Diálogos Metodológicos (24 horas)

Ementa: Ciência: senso comum e ciência, tipos de conhecimento, método científico, ciência e espírito científico. Introdução à pesquisa científica. Planejamento da pesquisa científica (finalidades, tipos, etapas, projeto e relatório). Levantamento de informações para pesquisa. Problema e hipóteses de pesquisa. Tipos de dados: qualitativos e quantitativos. Cientificidade do método qualitativo: da entrevista à análise documental. Posturas epistemológicas para a análise qualitativa: interpretativismo, positivismo, crítica. Métodos descritivos e métodos dedutivos. Medidas básicas em dados quantitativos: média, mediana, moda, variância e desvio padrão. Histogramas. Variáveis aleatórias: conceito, valor esperado, principais variáveis aleatórias contínuas e discretas. Orientação metodológica para a elaboração do trabalho de conclusão do curso. Elaboração de monografias e textos científicos. Normas da ABNT. Pesquisa e revisão de literatura. Orientação para apresentação pública de trabalhos de pesquisa.

Estratégia: Propõe-se que esta disciplina tenha carga horária mínima de aulas expositivas e que seja focada em estudo dos tópicos da ementa, sob orientação do professor (estudo dirigido). Os temas seriam distribuídos entre participantes do curso em função de suas necessidades de conhecimento e/ou aprofundamento no assunto, com apresentação oral para a turma ao final da disciplina de temas previamente selecionados.

Disciplina Integradora Aplicada (18 horas)

Objetivo: Estimular o senso crítico e as competências para planejamento e tomada de decisão com relação a elaboração de projetos de políticas públicas para o setor agrícola. Ementa: Livre.

Estratégia: A turma poderá ser dividida em grupos e cada grupo deverá elaborar uma proposta de adequação de uma política existente ou elaborar nova proposta, envolvendo etapas de planejamento, formulação e acompanhamento. Sugere-se que seja previsto um tempo ao final da Oficina para discussão das propostas e de seu processo de construção.

Palestras em políticas agropecuárias (15 horas)

Objetivo: Palestras sobre temas relacionados com o curso, dadas por convidados da Enap, visando estimular a análise crítica, a aplicação de conhecimentos adquiridos.

Ementa: Temas a serem definidos pela coordenação do curso em conjunto com a turma, dentro dos seguintes eixos: Agricultura Familiar, Defesa Agropecuária, Relações Federativas, Relações Internacionais e Cenários Futuros.

10.5. Metodologia

A metodologia a ser adotada nas disciplinas privilegiará atividades em grupo, exposições dialogadas e estudos de casos, combinada com o compartilhamento e a análise de experiências e práticas, resultando na construção de um conhecimento aplicável no dia a dia dos participantes.

11. Corpo docente

Professor	Titulação
Carlos Klink	Doutor
Jorge Madeira Nogueira	Doutor
Michelle Vieira Fernandez de Oliveira	Doutora
José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho	Doutor
Felippe Cauê Serigati	Doutor
José Carlos Vaz	Mestre
Maria José Brito Zakia	Doutora
Arilson Favareto	Doutor
Antônio Escrivão Filho	Doutor

Antônio Márcio Buainain	Doutor
Juliana Leite	Doutora
Rodrigo Lanna Franco Silveira	Doutor
Cláudia De Mori	Doutora
Nara Kohlsdorf	Doutora
Renata Ribeiro Navega Cruz	Graduada
Maria Leonor R. Cassimiro L. Assad	Doutora
Cristina Azarbe	Doutora
Luiz Carlos Guedes	Doutor

12. Bibliografia das Disciplinas

D.1 - Agricultura e Ambiente

Bibliografia Básica

ASSUNÇÃO, J.; CHIAVARI, J. Towards efficient land use in Brazil. New Climate Economy Project. Climate Policy Initiative. Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas, PUC-Rio, 2015. 28 p. Disponível em: www.newclimateeconomy.net.

CLAPP, J.; SCOTT, C. The global environmental politics of food. *Global Environmental Politics*, v. 18, p. 1-11, 2018.

DEFRIES, R.; NAGENDRA, H. Ecosystem management as a wicked problem. *Science*, v. 356, p. 265–270, 2017.

EIU – THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Meeting the SDGs: A global movement gains momentum. Sponsored by the UN Foundation. London, 2017. 12 p.

LIPPER, L.; MCCARTHY, N.; ZILBERMAN, D.; ASFWA, S.; BRANCA, G. (eds.). *Climate Smart Agriculture: Building Resilience to Climate Change*. Natural Resource Management and Policy, v. 52. ZILBERMAN, D.; GOETZ, R.; GARRIDO, A. (Series Editors). FAO; Springer, 2018. 630 p.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Ecosystems and Human Well-being: Synthesis. Island Press; World Resources Institute, Washington, DC, 2005.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Fifth National Report to the Convention on Biological Diversity: Brazil. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Centro de Informação e Documentação Luís Eduardo Magalhães, CID Ambiental. Brasília, DF, 2015. 231 p.

NEWELL, P.; TAYLOR, O.; TOUNI, C. Governing food and agriculture in a warming world. *Global Environmental Politics*, v. 18, p. 53–71, 2018.

OLIVEIRA, P. S.; MARQUIS, R. J. (eds.). *The Cerrados of Brazil: Ecology and Natural History of a Neotropical Savanna*. Columbia University Press, New York, 2002. 398 p.

ROBELE, B. O. S. The central position of agriculture within the 2030 agenda for sustainable development. *IFPRI Discussion Paper* n. 01683, Washington, DC, Nov. 2017. 40 p.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Meeting the SDGs: A global movement gains momentum. Sponsored by the UN Foundation. London, 2017. 12 p.

Bibliografia Complementar

ASSUNÇÃO, J.; SOUZA, P.; PIETRACCI, B. O papel da cana de açúcar no desenvolvimento econômico. Climate Policy Initiative. Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas, PUC-Rio, 2016. 6 p. Disponível em: www.inputbrasil.org.

BOLFE, E. L.; VICTORIA, D. C.; CONTINI, E.; BAYMA-SILVA, G.; ARAUJO, L. S.; GOMES, D. Matopiba em crescimento agrícola: aspectos territoriais e socioeconômicos. Revista de Política Agrícola, v. 25, p. 38–62, 2016.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Decreto nº 8.892, de 2016. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm.

CÂMARA, G.; SOTERRONI, A.; RAMOS, F.; CARVALHO, A.; ANDRADE, P.; SOUZA, R. C.; MOSNIER, A.; MANT, R.; BUURMAN, M.; PENA, M.; HAVLIK, P.; PIRKER, J.; KRAXNER, F.; OBERSTEINER, M.; KAPOV, V.; AFFONSO, A.; ESPINDOLA, G.; BOCQUEHO, G. Modelling Land Use Change in Brazil: 2000–2050. São José dos Campos; Brasília; Laxenburg; Cambridge: INPE; IPEA; IIASA; UNEP-WCMC, 2015. 1. ed. 100 p.

DEFRIES, R.; KLINK, C. A.; CAVALCANTI, R. B. Land Use Choices: Balancing Human Needs and Ecosystem Function in the Cerrado Region. Paper presented at the 19th Annual Meeting of the Society for Conservation Biology, University of Brasília, Brasília, 15–19 July 2005.

GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. A questão ambiental e a expansão da fronteira agrícola na direção do MATOPIBA brasileiro. IPEA – Texto para Discussão, n. 2281, Brasília, DF, 2017. 70 p.

HELLER, T. C. The global policy climate. In: The Policy Climate. Climate Policy Initiative, San Francisco, 2013. Disponível em: www.climatepolicyinitiative.org. 5 p.

KENNEDY, C. M.; MITEVA, D. A.; BAUMGARTEN, L.; HAWTHORNE, P. L.; SOCHI, K.; POLASKY, S.; OAKLEAF, J. R.; UHLHORN, E. M.; KIESECKER, J. Bigger is better: Improved nature conservation and economic returns from landscape-level mitigation. Science Advances, v. 2, e1501021, 2016.

KIRON, D.; UNRUH, G.; KRUSCHWITZ, N.; REEVES, M.; RUBEL, H.; FELDE, A. M. Z. Corporate Sustainability at a Crossroads: Progress Toward Our Common Future in Uncertain Times. MIT Sloan Management Review, May 2017. 31 p.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. Conservation of the Brazilian Cerrado. Conservation Biology, v. 19, p. 707–713, 2005.

NEWELL, P.; TAYLOR, O.; TOUNI, C. Governing food and agriculture in a warming world. Global Environmental Politics, v. 18, p. 53–71, 2018.

RADA, N. Assessing Brazil's Cerrado agricultural miracle. Food Policy, v. 38, p. 146–155, 2013.

ROBELE, B. O. S. The central position of agriculture within the 2030 agenda for sustainable development. IFPRI Discussion Paper, n. 01683, Washington, DC, Nov. 2017. 40 p.

ROCKSTRÖM, J.; WILLIAMS, J.; DAILY, G.; NOBLE, A.; MATTHEWS, N.; GORDON, L.; WETTERSTRAND, H.; DECLERCK, F.; SHAH, M.; STEDUTO, P.; DE FRAITURE, C.; HATIBU, N.; UNVER, O.; BIRD, J.; SIBANDA, L.; SMITH, J. Sustainable intensification of agriculture for human prosperity and global sustainability. Ambio, v. 46, p. 4–17, 2017.

SCARAMUZZA, C. A. M.; SANO, E. E.; ADAMI, M.; BOLFE, E. L.; COUTINHO, A. C.; ESQUERDO, J. C. D. M.; MAURANO, L. E. P.; NARVAES, I. S.; OLIVEIRA FILHO, F. J. B.; ROSA, R.; DA SILVA, E. B.; VALERIANO, D. M.; VICTORIA, D. C.; BAYMA, A. P.; DE OLIVEIRA, G. H.; SILVA, G. B. Land-Use and Land Cover Mapping of the Brazilian Cerrado Based Mainly on Landsat-8 Satellite Images. Revista Brasileira de Cartografia, v. 69, n. 6, p. 1041–1051, 2017.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Boletim informativo do Cadastro Ambiental Rural – CAR. Brasília, ago. 2018. Disponível em: www.florestal.gov.br/documentos/car/boletim-do-car/3808-boletim-informativo-agosto-de-2018/file.

SILVA, J. F.; FARINAS, M. R.; FELFILI, J. M.; KLINK, C. A. Spatial heterogeneity, land use and conservation in the Cerrado region of Brazil. *Journal of Biogeography*, v. 33, p. 536–548, 2006.

SPAROVEK, G.; BARRETTO, A. G. O. P.; MATSUMOTO, M.; BERNDES, G. Effects of governance on availability of land for agriculture and conservation in Brazil. *Environmental Science & Technology*, v. 49, p. 10285–10293, 2015.

THE ECONOMIST. Brazil's agricultural miracle. Edition of August 26th, 2010.

WHELAN, T.; ZAPPA, B.; ZEIDAN, R.; FISHBEIN, G. How to quantify sustainability's impact on your bottom line. *Harvard Business Review – Sustainability*, Oct. 2017. Disponível em: hbr.org/2017/09/how-to-quantify-sustainabilitys-impact-on-your-bottom-line. 9 p.

D.2 - Sistemas Agrícolas e Agroindustriais no Brasil

Bibliografia Básica

FAO. Agriculture and Farm Systems – Concepts and Definitions. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w7365e/w7365e04.htm>.

VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1–16, fev. 2006.

PORTO, V. H. F. Sistemas Agrários: uma revisão conceitual e de métodos de identificação como estratégias para o delineamento de políticas públicas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 97–121, jan./abr. 2003.

EIDT, J. S.; UDRY, C. (Editoras Técnicas). *Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2019. 351 p. (Coleção Povos e Comunidades Tradicionais, 3).

PARRON, L. M. et al. (Editores Técnicos). *Serviços ambientais em sistemas agrícolas e florestais do Bioma Mata Atlântica*. Brasília, DF: Embrapa, 2015. 370 p.

BARRETT, C. B. et al. *Smallholder Participation in Agricultural Value Chains: Comparative Evidence from Three Continents*. Dec. 2010. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1733942>.

MUELLER, B.; MUELLER, C. *The Economics of the Brazilian Model of Agricultural Development*. International Research Initiative on Brazil and Africa (IRIBA). School of Environment, Education and Development, The University of Manchester, July 2014. 52 p.

VAN ARENDONK, A. *The development of the share of agriculture in GDP and employment*. Wageningen University, Holanda, maio 2015. 36 p.

SILVA, M. F. S. *Estudos territoriais: impactos socioespaciais nas cidades do agronegócio brasileiro*. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 7, p. 10079–10093, jul. 2019.

LEOMAR, L. P. *Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado*. Brasília, DF: CONTAG, 2016. 60 p.

ROSINA, L. et al. *Governança em Sistemas Agroindustriais: complementaridade entre a Economia dos Custos de Transação e a Teoria Econômica das Convenções*. Encontro Nacional da SOBER, Londrina, 22–25 jul. 2007.

NEVES, M. F. *Caracterização e Quantificação de Sistemas Agroindustriais visando ações coletivas: modelo metodológico*. (Sem local / dados complementares fornecidos no original).

BASSOU, A. *The importance of agricultural policy in terms of security, defense and sovereignty*. OCP Policy Center, Policy Brief, May 2016. (PB-16/12).

CARDOSO, A. Política Agrícola e Fontes de Recursos para Crédito Rural: um estudo sobre a dinâmica do financiamento de grãos. II Congresso Sulcatarinense de Administração e Comércio Exterior, 2018.

LIMA, G. O mercado de crédito agrícola no Brasil: estrutura e dificuldades. São Paulo: Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, 2017. 24 p.

BELIK, W. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. Brasília: IPEA, Texto para Discussão 2028, 2015. 64 p.

BUAINAIN, A. M.; BONACELLI, M. B. M. E; BONACELLI, C. I. C. (Orgs.). Propriedade intelectual e inovações na agricultura. Brasília; Rio de Janeiro: CNPq; FAPERJ; INCT/PPED, 2015. 384 p.

ABREU, J. de. Práticas de Inovações Tecnológicas em Sistemas Agroindustriais como forma de competitividade. Monografia (MBA em Gestão do Agronegócio) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias, 2013. 45 p.

LIMA FILHO, D. O. Estratégias Competitivas em Sistemas Agroindustriais (SAG): o caso de Mato Grosso do Sul. XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Foz do Iguaçu, PR, 09–11 out. 2007.

ARAUJO, H. G.; PONTES, J. S. J. Participação do Agronegócio no PIB Brasileiro e sua dependência do sistema rodoviário para o escoamento da produção. REMIPE – Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco, v. 4, n. 2, jul.–dez. 2018.

COMMANDER, S.; NIKOLOSKI, Z.; VAGLIASINDI, M. Estimating the Size of External Effects of Energy Subsidies in Transport and Agriculture. Washington: World Bank, Energy and Extractives Global Practice Group, Apr. 2015. (Policy Research Working Paper 7227). 45 p.

BURNETT, K. The uneasy relationship between international trade and agriculture. Canadian Food Studies, Waterloo, v. 2, n. 2, p. 107–114, Sept. 2015.

BEGHIN, J. C. et al. Global Agricultural Trade and the Doha Round: What Are the Implications for North and South? Working Paper 02-WP 308, Center for Agricultural and Rural Development, Iowa State University, June 2002.

FOOD AND AGRICULTURAL POLICY RESEARCH INSTITUTE (FAPRI). The Doha Round of the World Trade Organization: Appraising Further Liberalization of Agricultural Markets. Working Paper 02-WP 317. Iowa State University; University of Missouri–Columbia; Center for Agricultural and Rural Development, Nov. 2002.

Bibliografia Complementar

REZENDE, G. C.; KRETER, A. C. A recorrência de crises de endividamento agrícola e a necessidade de reforma na política de crédito. Revista de Política Agrícola, ano XVI, n. 4, out./nov./dez. 2007.

McCONNELL, A. What is policy failure? A primer to help navigate the maze. Public Policy and Administration, v. 30, n. 3–4, p. 221–242, 2015.

GARDNER, B. L.; RAUSSER, G. C. Handbook of Agricultural Economics. 3 v. Amsterdam: Elsevier, a partir de 2002.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F.; CALEMAN, S. M. de Q. (Orgs.). Gestão de Sistemas de Agronegócios. São Paulo: Editora Atlas; Universidade de São Paulo, 2015. 328 p.

ÁGUABRASIL. Portfólio de Boas Práticas Agropecuárias. Vol. 1 e 2. 2015.

WORLD BANK. The Commodity Cycle in Latin America: Mirages and Dilemmas. Semiannual Report. Office of the Regional Chief Economist, Apr. 2016.

Bibliografia Básica

- TEIXEIRA, M.** *Estado, governo e administração pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 9–32.
- MELO, C. R.** As instituições políticas brasileiras funcionam? *Revista Sociologia e Política*, n. 25, p. 199–203, 2005.
- ABRANCHES, S. H. H.** Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 1, p. 5–34, 1988.
- PEREIRA-BRESSER, L. C.** *Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado*. Brasília: MARE/ENAP, 1996.
- CAVALCANTE, P.** *Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM*. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2319).
- FARAH, M.** Análise de políticas públicas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 6, 2016.
- SOUZA, C.** Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, ano 8, n. 16, p. 20–45, 2006.
- SARAIVA, E.** Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2007.
- AQUINO, J.; SCHINER, S.** O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHINER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53–82.
- FUKUYAMA, F.** *What is governance?* Washington: Center for Global Development, 2013. (Working Paper, n. 314).
- PETERS, G.** O que é governança? *Revista do TCU*, n. 127, p. 28–33, maio/ago. 2013.
- SOARES, M. M.; MACHADO, A.** *Federalismo e políticas públicas*. Brasília: ENAP, 2018. Capítulo 4.
- KISSLER, L.; HEIDMANN, F.** Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 3, 2006.
- PIRES, R.; VAZ, A.** Participação social como método de governo? *IPEA*, Texto para Discussão n. 1707, 2012.

Bibliografia Complementar

- BOBBIO, N.** *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ABRANCHES, S. H. H.** Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 9–16.
- LIMONGI, F.** As bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, v. 44, p. 81–106, 1998.
- PRATES, A. A. P.** Administração pública e burocracia. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; Fundação Unesp, 2004.
- GOMES, R.; MARTINS, H.** Tendências e perspectivas da administração pública no Brasil. *Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, jul. 2013.
- SECCHI, L.** *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- BARREIRA, M. C. et al. (Org.).** *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

- COBB, W. R.; ELDER, C. V.** The politics of agenda building: an alternative perspective for modern democratic theory. *Journal of Politics*, n. 33, 1971.
- CAPELLA, A. C. N.** Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: **HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.)**. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- FARIA, C. A. P. (Org.)**. Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.
- KINGDON, J. W.** Agendas, alternatives and public policies. Pearson: Longman Classic in Political Science, 2011.
- JANNUZZI, P. M.** Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 56, n. 2, p. 137–160, 2005.
- MONTEIRO, J.** O processo decisório da política. In: **SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.)**. Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2007.
- WU, X. et al.** Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014.
- BEVIR, M.** Governança democrática: uma genealogia. *Revista Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, 2011.
- BRASIL.** CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). Guia da Política de Governança Pública. Brasília: Casa Civil da Presidência, 2018.
- BRASIL.** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Brasília: TCU, 2014.
- PETERS, G.; PIERRE, J.** Governance Without Government? Rethinking Public Administration. *Journal of Public Administration Research and Theory*, n. 2, 1998.
- ANASTASIA, F.** Federação e relações intergovernamentais. In: **AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Orgs.)**. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; Fundação Unesp, 2004.
- ARRETCHE, M.** Federalismo e políticas sociais no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 2, p. 17–26, 2004.
- ARRETCHE, M.** Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira. *Revista Sociologia e Política*, n. 24, p. 69–85, 2005.
- COSTA, V.** Federalismo: as relações intergovernamentais. In: **AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Orgs.)**. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; Fundação Unesp, 2004.
- SOARES, M. M.; MACHADO, A.** Federalismo e políticas públicas. Brasília: Enap, 2018.
- FIANI, R.** Arranjos institucionais e custos de transação em parcerias público-privadas. In: **ÁVILA, A.; PEREIRA, A. K. (Eds.)**. Governança da política de infraestrutura: condicionantes institucionais ao investimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.
- CUNNIL GRAU, N.** A rearticulação Estado-sociedade. *Revista do Serviço Público*, ano 47, v. 120, n. 1, 1996.
- GRISA, C.; SCHINER, S.** Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: **GRISA, C.; SCHINER, S. (Orgs.)**. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19–50.
- WEISS, J.** O papel da sociedade na efetividade da governança ambiental. In: **MOURA, A. (Org.)**. Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.

Bibliografia Básica

VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29768.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Orgs.). Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28219.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G.; NAVARRO, Z. (Orgs.). A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6480.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>.

VIEIRA FILHO, J. E. R. (Org.). Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira. Brasília: Ipea, 2019. (No prelo).

REZENDE, G. C. Política de preços mínimos na década de 90: dos velhos aos novos instrumentos. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. (Texto para Discussão). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4308.

IPEA. Desafios da nação. Brasília: Ipea, 2018. Capítulo 14 – Sustentabilidade produtiva do agronegócio brasileiro. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34502.

OZAKI, V. Em busca de um novo paradigma para o seguro rural no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 46, n. 1, p. 97–119, 2008.

Bibliografia Complementar

REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA. Edição Especial – 150 anos. 2010.

VIEIRA FILHO, J. E. R. A fronteira agropecuária brasileira: redistribuição produtiva, efeito poupa-terra e desafios estruturais. In: **VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Orgs.).** Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade. Brasília: Ipea, 2018. Cap. 3.

OLIVEIRA, A. L. R. A logística do agronegócio: para além do apagão logístico. In: **BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z.** O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. Cap. 6, Parte 2.

MARANHÃO, R. L. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Inserção internacional do agronegócio brasileiro. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30793&Itemid=424.

FERREIRA, M. D. P.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Inserção no mercado internacional e a produção de carnes no Brasil. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão n. 2479). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34792&Itemid=444.

TABOSA, F. J. S.; OLIVEIRA, D. V. Avaliação do seguro agrícola na produtividade. In: **VIEIRA FILHO, J. E. R. (Org.).** Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira. Brasília: Ipea, 2019. (No prelo). Cap. 7.

BUAINAIN, A. M. et al. O tripé da política agrícola brasileira: crédito rural, seguro e Pronaf. In: **BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z.** O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. Cap. 2, Parte 6.

FERREIRA FILHO, J. B. S. et al. O controle do desflorestamento e a expansão da oferta agrícola no Brasil. In: **VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Orgs.).** Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade. Brasília: Ipea, 2018. Cap. 13.

GUEDES, A. C. et al. Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global. In: **BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z.** O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. Cap. 2, Parte 1.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; SANTOS, G. R.; FORNAZIER, A. Distribuição produtiva e tecnológica da agricultura brasileira e sua heterogeneidade estrutural. Brasília: Cepal-Ipea, 2013. (Texto para Discussão n. 54). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20963.

OZAKI, V. A. Qual o custo governamental do seguro agrícola? Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 51, n. 1, p. 123–136, mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100007&lng=en&nrm=iso.

D.5 - Economia e Políticas Agropecuárias

Bibliografia Básica

MANKIW, N. G. Introdução à economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Cap. 1, 2 e 4.

MANKIW, N. G. Introdução à economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Cap. 5 e 6.

MANKIW, N. G. Introdução à economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Cap. 23.

MANKIW, N. G. Introdução à economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Cap. 24 e 28.

MANKIW, N. G. Introdução à economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Cap. 31 e 32.

MANKIW, N. G. Introdução à economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Cap. 34.

Bibliografia Complementar

MENDES, J. T. G. Economia agrícola: princípios básicos e aplicações. Curitiba: Editora ZNT, 1998. Cap. 3, 4, 6 e 7.

MENDES, J. T. G. Economia agrícola: princípios básicos e aplicações. Curitiba: Editora ZNT, 1998. Cap. 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4.

MENDES, J. T. G. Economia agrícola: princípios básicos e aplicações. Curitiba: Editora ZNT, 1998. Cap. 2.6.

CARVALHO, F. J. C.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. R.; SOUZA, F. E. P.; STUDART, R. Economia Monetária e Financeira: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012. Cap. 11, 12 e 13.

CARVALHO, F. J. C.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. R.; SOUZA, F. E. P.; STUDART, R. Economia Monetária e Financeira: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012. Cap. 23, 24 e 25.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2018. Cap. 1 e 24.

D.6 - Regulação no Setor Agropecuário

Bibliografia Básica

- JUSTEN FILHO, M.** As espécies normativas; a competência normativa e a competência legislativa; a discricionariedade; a regulação; a configuração de um Estado regulador; regulação e poder de polícia; a competência regulatória; a produção da regulação; o instrumental jurídico da regulação.
- MATTOS NETO, A. J.** Garantia do direito à propriedade agrária.
- MANIGLIA, E.** Atendimento da função social pelo imóvel rural.
- TRENTINI, F.** Empresa agrária; atividade agrária..
- BUAINAIN, A. M. et al.** Quais os riscos mais relevantes nas atividades agropecuárias?
- VAZ, J. C.** A repercussão dos riscos da atividade produtiva rural nos demais agentes do agronegócio. Disponível em:
<http://www.rcagovernanca.com.br/a-repercussao-dos-riscos-da-atividade-produtiva-rural-nos-demaais-agentes-do-agronegocio/>
- VAZ, J. C.** O patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural e a Medida Provisória nº 897/2019. Disponível em:
<https://jcvaz.adv.br/2019/11/06/o-patrimonio-rural-em-afetacao-a-cedula-imobiliaria-rural-e-a-medida-provisoria-no-897-2019/>
- VAZ, J. C.** Crédito Rural: contribuição para o agronegócio. Disponível em:
<https://jcvaz.adv.br/2019/05/22/credito-rural-contribuicao-para-o-agronegocio/>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL.** Crédito Rural. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>
- WEDEKIN, I. et al.** Financiamento do agronegócio por meio dos mercados financeiro e de capitais; financiamento comercial privado no agronegócio.
- MACEDO, L.** Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura.
- SALUM, E. A.** Aspectos polêmicos do agronegócio na Justiça do Trabalho.
- GARCIA, J. R.** Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso.
- WEDEKIN, I. et al.** Agricultura familiar e médios produtores no Brasil.
- AMARO, E. A. et al.** O direito agrário e o princípio da conservação do meio ambiente.
- BORGES, R. C. B.** O novíssimo Código Florestal e seu desenho da função ambiental da propriedade.
- GUIMARÃES, M. C. et al.** O STF e a (in)constitucionalidade do Funrural: estratégias jurídicas em um cenário de incertezas.
- SOUZA, L. M. et al.** A política externa brasileira e o agronegócio: as relações Brasil-China e as novas perspectivas.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA.** Relações internacionais. Disponível em:
<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais>

Bibliografia Complementar

FRANCO, Nancy Gombossy de Melo. A recuperação judicial do produtor rural na visão do credor. s.l.: s.n., s.d.

VAZ, José Carlos. Aperfeiçoamento das relações de crédito do produtor rural. Disponível em: <https://jcvaz.adv.br/2016/10/02/empresario-rural-aperfeicoamento-das-relacoes-de-credito-do-produtor-ural-empresarial/>

VAZ, José Carlos. O relatório da Comissão Mista sobre a MP nº 897/2019: feliz resultado de ação legislativa! Disponível em: <https://jcvaz.adv.br/2019/12/06/o-relatorio-da-comissao-mista-sobre-a-mp-no-897-2019-feliz-resultado-de-acao-legislativa/>.

VAZ, José Carlos et al. Inovações de sucesso: CPR. s.l.: s.n., s.d.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual de Crédito Rural. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Derop – Crédito Rural e Proagro – dezembro de 2019. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimderop/Boletim%20Derop%20Dezembro 2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimderop/Boletim%20Derop%20Dezembro%202019.pdf).

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Perguntas frequentes sobre o crédito rural. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequenterespostas/faq_creditorural.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Exigibilidades do Crédito Rural – 2019/2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/SiteAssets/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Exigibilidades%202019-2020.pdf>.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Crédito rural. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/assuntos/politica-agricola-e-meio-ambiente/atuacao-spe/credito-rural>.

NAVARRO, Zander. “Agricultura familiar” e a nova fase da agricultura. s.l.: s.n., s.d.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Perguntas frequentes sobre o Pronaf. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequenterespostas/faq_pronaf.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Agricultura familiar. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/dap>.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Agricultura familiar. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar>.

HELFAND, Steven M. et al. Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira: situação atual e perspectivas. s.l.: s.n., s.d.

BUAINAIN, Antonio Márcio et al. O tripé da política agrícola brasileira: crédito rural, seguro e Pronaf. s.l.: s.n., s.d.

WEDEKIN, Ivan et al. Crédito rural. s.l.: s.n., s.d.

ESTRELA, Elieuzza Souza. O endividamento agrícola, suas consequências e a proteção constitucional da pequena propriedade rural. s.l.: s.n., s.d.

ZAVANELLA, Fabiano et al. O protagonismo da negociação coletiva pós-reforma trabalhista como fonte autônoma de regulação das relações de emprego: a espera e a busca pelo novo sindicalismo. s.l.: s.n., s.d.

ROCHA, Vinícius Soares. Aqui jazem as horas in itinere. s.l.: s.n., s.d.

ROCHA, Vinícius Soares. Aqui jazem as horas in itinere. s.l.: s.n., s.d.

SILVA, Ricardo Edgard da. Contrato de trabalho por pequeno prazo e contrato de trabalho por safra. s.l.: s.n., s.d.

SOUZA, Frederico Machado Paropat. A insegurança jurídica nas relações de trabalho diante da definição do “trabalho em condições análogas à de escravo”. s.l.: s.n., s.d.

ASSAD, Eduardo Delgado et al. Sustentabilidade de sistemas de produção agrícola. s.l.: s.n., s.d.

PEREIRA, Thiago Sales et al. A aplicação do novo Código Florestal. s.l.: s.n., s.d.

TOBAJA, Marco Antonio. A área de reserva legal no novo Código Florestal: das alterações introduzidas no ordenamento jurídico. s.l.: s.n., s.d.

VAZ, José Carlos. Desmatamento: sobre o que estamos falando mesmo? Disponível em: <https://jcvaz.adv.br/2019/07/24/desmatamento-sobre-o-que-estamos-falando-mesmo/>.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Sustentabilidade. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Meio ambiente. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/publicacoes/temari/meio-ambiente.htm>.

MENEZES, Taís Cristina. Desafios do Brasil na defesa sanitária animal. s.l.: s.n., s.d.

COSTA, Antonio Carlos et al. Defesa agropecuária. s.l.: s.n., s.d.

PINTO, Luis Carlos Guedes. Política agrícola. s.l.: s.n., s.d.

D.7 - Políticas Ambientais e Agricultura

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm>

BRASIL. Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9578.htm>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Florestas e mudança do clima. Roma: FAO, s.d. Disponível em: <<https://www.fao.org>>

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jul. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm>

BRASIL. Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental (PRA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 out. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7830.htm>.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências (Novo Código Florestal). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm.

BRASIL. Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014. Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 maio 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8235.htm.

BRASIL. Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018. Regulamenta a Cota de Reserva Ambiental (CRA), instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9640.htm.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Guia para aplicação da nova Lei Florestal. 2. ed. Brasília, DF: MMA, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/mma>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Guia prático para implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programas de Regularização Ambiental (PRA). Brasília, DF: MMA, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/mma>.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm.

BRASIL. Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. Regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jun. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licenciamento ambiental: cartilha de orientação. 2. ed. Brasília, DF: TCU, s.d. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br>.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm.

BRASIL. Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 set. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10000.htm.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 ago. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm.

BRASIL. Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, dispondo sobre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 abr. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm>.

Bibliografia Complementar

BERNARDO, K. T. Análise do êxito dos sistemas estaduais de gestão de reservas legais com foco no mecanismo de compensação. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARONSON, J. et al. What role should government regulation play in ecological restoration? Ongoing debate in São Paulo State, Brazil. *Restoration Ecology*, v. 19, n. 6, p. 690–695, nov. 2011.

LIMA, Walter de Paula. A silvicultura e a água: ciência, dogmas, desafios. Coordenação: Miriam Prochnow. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 2010.

LIMA, Walter de Paula; ZAKIA, Maria José Brito. Hidrologia de matas ciliares. In: **LEITÃO FILHO, Hermógenes; RODRIGUES, Ricardo Ribeiro (org.).** Matas ciliares. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

LIMA, Walter de Paula; ZAKIA, Maria José Brito. As florestas plantadas e a água. São Carlos: Rima, 2006. 226 p.

MACHADO, Paulo Affonso Leme; MILARÉ, Édís (coord.). Novo Código Florestal. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MARENGO, José Antonio. Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006. 163 p. (Série Biodiversidade, n. 26).

D.8 - Políticas de Desenvolvimento Rural

Bibliografia Básica

TRIVELLI, Carolina; BERDEGUÉ, Julio A. Transformación rural: pensando el futuro de América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: FAO, 2019. 76 p. (2030 – Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, n. 1). Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5508es/ca5508es.pdf>>.

BUAINAIN, Antonio Márcio et al. Sete teses sobre o rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, ano XII, n. 2, p. __, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/964720/1/SETETESOBREOMUNDO_RURALBRASILEIRO.pdf>.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

LOTTA, Gabriela et al. Arranjos institucionais de implementação de políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Brasília, DF: ENAP, s.d. (Série Agenda Territórios 2030). No prelo.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: **GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha Coelho (org.).** Capacidades estatais e democracia. Brasília, DF: IPEA, 2014.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). Capacidades estatais para produção de políticas públicas: resultados do survey sobre serviço civil no Brasil. Brasília, DF: ENAP, 2018. 74 p. (Cadernos ENAP, n. 56).

FAVARETO, Arilson. Agenda 2030, transformações recentes do Brasil não metropolitano e os caminhos para uma nova geração de políticas públicas. Relatório final. Brasília, DF: ENAP, 2019. (Programa de Cátedras Brasil – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

Bibliografia Complementar

FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro – implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: **MIRANDA, Carlos; SILVA, Hélio (org.).** Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília, DF: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 21).

BITOUN, Jan et al. Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros. In: **MIRANDA, Carlos (org.).** Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas. Brasília, DF: IICA, 2017. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 22).

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: **GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.).** Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Agricultura, alimentación y desarrollo rural en América Latina y el Caribe. Roma: FAO, s.d. (Série 2030). Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca6121es/ca6121es.pdf>>.

D.9 - Segurança Jurídica: Terra, Trabalho e Renda

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Introdução. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MESZAROS, George. O MST e o Estado de Direito no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010. p. 433–459.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio. Hermenêutica constitucional como fundamento para a política agrária. In: **MANIGLIA, Elisabete; COSTA, Yvete Flávio da (org.).** Direito e políticas públicas de sustentabilidade. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2011.

MOREIRA, Egon Bockmann; PEREIRA, Paula Pessoa. Art. 30 da LINDB: o dever público de incrementar a segurança jurídica. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, edição especial: Direito Público na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB (Lei nº 13.655/2018), p. 243–274, nov. 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/77657/74320>>.

BENATTI, José Helder. Propriedade comum na Amazônia: acesso e uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais. In: **SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (org.).** Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2011. p. 93–113.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. Retratos de Assentamentos, v. 20, n. 1, p. 14–40, 2017.

Bibliografia Complementar

HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 13–20; 113–116.

MEIRELES, Cecília. Romance XXIV ou da bandeira da Inconfidência. In: MEIRELES, Cecília. Romanceiro da Inconfidência. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977. p. 79–81.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 15, n. 1, p. 5–22, abr. 2007.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; MANIGLIA, Elisabete. Do indivíduo à sociedade: a evolução do conceito constitucional de propriedade no Brasil. Direito e Sociedade, Catanduva, v. 5, p. 40–52, 2010.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio. Curto-circuito histórico: autonomia, independência e protagonismo judicial no Brasil. In: ESCRIVÃO FILHO, Antonio. Porteiro ou guardião? O Supremo Tribunal Federal em face aos direitos humanos. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2018. p. 16–24. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14515.pdf>>.

MENDONÇA, José Vicente Santos de. Art. 21 da LINDB: indicando consequências e regularizando atos e negócios. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, edição especial: Direito Público na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB (Lei nº 13.655/2018), p. 43–61, nov. 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/77649/74312>>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. In: CANUTO, Antônio (coord.). Conflitos no campo – Brasil 2015. Goiânia: CPT Nacional, 2015. p. 86–98.

MARÉS, Carlos Frederico. Direitos à terra e ao território. In: MARÉS, Carlos Frederico. O renascer dos povos indígenas para o direito. 7. reimpr. Curitiba: Juruá, 2010.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. Retratos de Assentamentos, v. 20, n. 1, p. 14–40, 2017.

SAWYER, Donald. Unidades de conservação, uso sustentável e funções socioecossistêmicas na Amazônia e no Brasil. In: **SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (org.).** Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. p. 363–379.

D.10 - Análise de Políticas para o Setor Agropecuário

Bibliografia Básica

MAINARDES, Jefferson et al. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2013. p. 143–172. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264044968_Analise_de_politicas_fundamentos_e_principais_debates_teorico-metodologicos.

SERAFIM, Milena P.; DIAS, Rafael. Análise de política: uma revisão da literatura. Cadernos Gestão Social, v. 3, n. 1, p. 121–134, jan./jun. 2012. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/viewFile/31562/pdf_22

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20–45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>.

SCHLEICHER, Rosângela T.; MARQUES, Patricia. Implementação de políticas como processo social: agentes, estruturas, discurso e arenas de poder. Revista Comunicação em Ciências da Saúde, v. 28, n. 3/4, p. 389–401, 2017. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/v28_3_implementacao_politica.pdf

CARVALHO, Eduardo. Decisão na administração pública: diálogo de racionalidades. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 73, p. 131–148, 2013. DOI: 10.7458/SPP2013732811. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n73/n73a07.pdf>.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, p. ____, jun. 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>

WU, Xun et al. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20%20Gerenciando%20Processos.pdf>.

LEITE, José Pedro A. A coordenação na implementação interorganizacional de políticas: elementos para um referencial analítico. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286055>.

CAVALCANTI, Priscila A. Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252127>.

Bibliografia Complementar

SERAFIM, Milena P.; DIAS, Rafael. Análise de política: uma revisão da literatura. Cadernos Gestão Social, v. 3, n. 1, p. 121–134, jan./jun. 2012. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/viewFile/31562/pdf_22

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, jun. 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>.

DAGNINO, Renato et al. Metodologia de análise de políticas públicas. In: COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato (org.). Gestão estratégica em políticas públicas. São Paulo: Alínea, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330716792_METODOLOGIA_DE_ANALISE_DE_POLITICAS_PUBLICAS.

CALDAS, Roberto Wanderley. Políticas públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. (Série Políticas Públicas, v. 7). Disponível em: <<http://www.bibliotecas.sebrae.com.br>>

GIANEZINI, Kelly et al. Políticas públicas: definições, processos e construtos no século XXI. Revista de Políticas Públicas, São Luís, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8262>>.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas públicas. Brasília, DF: ENAP, 2006. v. 1. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf>

SECHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CRUZ, Gabriel R.; FREIRE, Jorge. Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 10, p. 75–102, 2. sem. 2003.

FERREIRA, Rita Maria Z. Os grupos de interesse e a sua intervenção nas políticas públicas: regulamentação e supervisão através do estudo do sistema dos Estados Unidos da América. Cadernos de Direito Actual, n. 3, p. 9–27, 2015. Disponível em: <<http://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/28>>.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: **SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.).** Políticas públicas. Brasília, DF: ENAP, 2006. (Coletânea, v. 1). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf>.

LOUREIRO, Maria Rita et al. Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: o programa Minha Casa Minha Vida. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013. (Texto para discussão). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20470>.

MANCUSO, Wagner Pralon. Partidos políticos e grupos de interesse: definições, atuação e vínculos. Leviathan, São Paulo, n. 1, p. 395–407, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/leviathan/article/view/132249>>. Acesso em: 17 mar. 2026.

CAVALCANTI, Priscila A. Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252127>>.

DINO, Lucas Andrade. Incrementalismo e o campo institucional. 2018. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-02072018-232709/pt-br.php>>.

FORESTER, John. Bounded rationality and the politics of muddling through. Public Administration Review, v. 44, n. 1, p. 23–31, jan./fev. 1984. Disponível em: <https://eu-ua.org/sites/default/files/inline/files/ppm_r9_rationalitybounded_rationality.pdf>.

LINDBLOM, Charles E. The science of “muddling through”. Public Administration Review, v. 19, n. 2, p. 79–88, spring 1959. Disponível em: <<https://faculty.washington.edu/mccurdy/SciencePolicy/Lindblom%20Muddling%20Through.pdf>>.

LINDBLOM, Charles E. Still muddling, not yet through. Public Administration Review, v. 39, n. 6, p. 517–526, 1979. Disponível em: <<http://www.sietmanagement.fr/wp-content/uploads/2016/04/Lindblom1979.pdf>>.

JENKINS-SMITH, Hank C.; SABATIER, Paul A. The study of public policy processes. In: **SABATIER, Paul A.; JENKINS-SMITH, Hank C. (org.).** Policy change and learning: an advocacy coalition approach. Boulder: Westview Press, 1993.

RAEDER, Savio. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 121–146, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://200.198.28.135/index.php/revistappp/article/view/856/550>>.

SECHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5–43, mar./abr. 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8095>>.

AGUILAR, Luis F. Problemas públicos y agenda de gobierno. México: Porrúa, 1993. v. 3. (Antologías de Políticas Públicas).

CAVALCANTI, Priscila A. Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252127>>.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas*. Brasília, DF: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2915/1/160425_coletanea_pp_v2.pdf>

BARDACH, Eugene. The implementation game: what happens after a bill becomes a law. Cambridge: The MIT Press, 1977.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Flávia de Paula Duque. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 101, p. ___, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000100057>.

HAM, Christopher; HILL, Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Tradução de Renato Amorim e Renato Dagnino. São Paulo: Harvester Wheatsheaf, 1993. 2. ed. (Título original: The policy process in the modern capitalist state). Disponível em: <<https://ainterpel.files.wordpress.com/2014/05/texto-iepp-processo-de-elaboracao-de-politicas-no-estado-capitalista-moderno-hill.pdf>>.

LOTTA, Gabriela Spanghero. Agentes de implementação: uma forma de análise de políticas públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 19, n. 65, p. ___, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/10870>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex-post. Brasília, DF: IPEA, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218_avaliacao_de_politicas_publicas_vol2_guia_expost.pdf>.

SIMÕES, Andréa Albuquerque. Avaliação de políticas públicas: tipologias e técnicas de análise. Brasília, DF: ENAP, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3369/2/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20-%20Slides.pdf>>.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. Avaliação de programas: concepções e práticas. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004. 750

D.11 - Gestão de Riscos e Seguro Agrícola

Bibliografia Básica

BUAINAIN, Antonio Márcio; SILVEIRA, Rodolfo Luís Figueiredo. Manual de avaliação de riscos na agropecuária. 1. ed. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2017.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Managing risk in agriculture: a holistic approach. Paris: OECD Publishing, 2009. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/managing-risk-in-agriculture_9789264075313-en.

ALVARENGA, Mariana Dias; SILVEIRA, Rodolfo Luís Figueiredo; BUAINAIN, Antonio Márcio. Identificação dos riscos na produção de flores e plantas ornamentais: evidências a partir da região de Holambra/SP. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 57., 2019, Ilhéus, BA. Anais [...]. Ilhéus, BA: SOBER, 2019.

MARQUES, Pedro Valentim; MELLO, Paulo César de; MARTINES FILHO, João Gomes. Mercados futuros e de opções agropecuárias. Piracicaba, SP: ESALQ/USP, 2006. (Série Didática, n. D-129).

SAES, Maria Sylvia Macchione; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; SILVEIRA, Rodolfo Luís Figueiredo. The restructuring of Brazilian agri-chains: the role of value chains. In: **BUAINAIN, Antonio Márcio; LANNA, Rodrigo; NAVARRO, Zander (org.).** Agricultural development in Brazil: the rise of a global agro-food power. 1. ed. Londres: Routledge, 2019. p. 70–90.

BUAINAIN, Antonio Márcio; SILVEIRA, Rodolfo Luís Figueiredo. Manual de avaliação de riscos na agropecuária. 1. ed. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2017.

MARQUES, Pedro Valentim; MELLO, Paulo César de; MARTINES FILHO, João Gomes. Mercados futuros e de opções agropecuárias. Piracicaba, SP: Departamento de Economia, Administração e Sociologia, ESALQ/USP, 2006. (Série Didática, n. D-129).

BUAINAIN, Antonio Márcio; VIEIRA, Pedro Afonso; CURY, Walter José Major. Gestão do risco e seguro na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: FUNENSEG, 2011.

RAUCCI, Giulia L.; SILVEIRA, Rodolfo Luís Figueiredo; CAPITANI, Daniel Henrique Dario. Derivativos climáticos como instrumento de gestão de risco na agricultura: uma revisão de literatura. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 56., 2018, [local]. Anais [...]. [s.l.]: SOBER, 2018.

BUAINAIN, Antonio Márcio; SILVEIRA, Rodolfo Luís Figueiredo. Manual de avaliação de riscos na agropecuária. 1. ed. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2017.

BUAINAIN, Antonio Márcio; VIEIRA, Pedro Afonso; CURY, Walter José Major. Gestão do risco e seguro na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: FUNENSEG, 2011.

CRUZ JÚNIOR, José Carlos; IRWIN, Scott H.; MARQUES, Pedro Valentim; MARTINES FILHO, João Gomes; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. O excesso de confiança dos produtores de milho no Brasil e o uso de contratos futuros. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 49, n. 2, p. 369–390, 2011.

SILVEIRA, Rodolfo Luís Figueiredo; MAIA, Alexandre G.; CRUZ JÚNIOR, José Carlos; SAES, Maria Sylvia Macchione. Influence of farmers' behavioral attitudes on hedging decisions. Academia, v. 27, n. 3, p. 355–365, 2014.

Bibliografia Complementar

BUAINAIN, Antonio Márcio; PEDROSA, Maria Tereza Macedo; VIEIRA JÚNIOR, Pedro Afonso; SILVEIRA, Rodolfo Luís Figueiredo; NAVARRO, Zander. Quais os riscos mais relevantes nas atividades agropecuárias?

In: BUAINAIN, Antonio Márcio et al. O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/O-mundo-rural.pdf>>.

DAMODARAN, Aswath. Gestão estratégica do risco: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HULL, John C. Fundamentos dos mercados futuros e de opções. 4. ed. São Paulo: BM&F, 2005.

SILVEIRA, Rodolfo Luís Figueiredo; CRUZ JÚNIOR, José Carlos; SAES, Maria Sylvia Macchione. Uma análise da gestão de risco de preço por parte dos produtores de café arábica no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, n. 3, p. 397–410, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a01v50n3.pdf>>

SANTANA, Carlos Augusto de Moraes; BUAINAIN, Antonio Márcio; SILVA, Flávio P. da; GRACIA, José R.; LOYOLA, Paulo. O tripé da política agrícola brasileira: crédito rural, seguro e Pronaf. In: **BUAINAIN, Antonio Márcio et al.** O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/O-mundo-rural.pdf>>.

SANTANA, Carlos Augusto de Moraes; BUAINAIN, Antonio Márcio; SILVA, Flávio P. da; GRACIA, José R.; LOYOLA, Paulo. Política agrícola: avanços e retrocessos ao longo de uma trajetória positiva. In: **BUAINAIN, Antonio Márcio et al.** O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/O-mundo-rural.pdf>>.

CARRER, Marcelo José; SILVEIRA, Rodolfo Luís Figueiredo; VINHOLIS, Marina M. B.; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Determinants of agricultural insurance adoption: evidence from farmers in the state of São Paulo, Brazil. RAUSP Management Journal, São Paulo, 2020.

ARIELY, Dan. Previsivelmente irracional: as forças ocultas que moldam nossas decisões. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

KAHNEMAN, Daniel. Rápido e devagar: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARRER, Marcelo José; SILVEIRA, Rodolfo Luís Figueiredo; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Factors influencing hedging decision: evidence from Brazilian citrus growers. Australian Journal of Agricultural and Resource Economics, v. 63, p. 1–19, 2019.

D.12 - Gestão e Inovação Tecnológica no Setor Agropecuário

Bibliografia Básica

BUAINAIN, Antonio Márcio; BONACELLI, Maria Beatriz Machado; MENDES, Cássia Isabel Costa (org.). Propriedade intelectual e inovações na agricultura. Rio de Janeiro: INCT/PPED, 2015. 384 p.

BATALHA, Mario Otávio; SILVA, Adriana L. da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: **BATALHA, Mario Otávio (coord.).** Gestão agroindustrial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. No prelo.

CRESTANA, Silvio; CONTINI, Eliseu; RODRIGUES, Roberto. Tecnologia e inovação no agro. In: **RODRIGUES, Roberto.** Agro é paz: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo. Piracicaba, SP: ESALQ, 2018.

REIS, Djalma Ribeiro dos. As estratégias de inovação das empresas e as formas de acesso à tecnologia. In: **REIS, Djalma Ribeiro dos.** Gestão da inovação tecnológica. Barueri, SP: Manole, 2004. p. 85–107.

FERREIRA, Fernando Vieira. Tecnologia industrial básica e inovação nas micro, pequenas e médias empresas de base tecnológica. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Negócios, Inovação e Metrologia) – Programa de Pós-Graduação em Metrologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Bibliografia complementar

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos de Souza; SILVA, A. G. da (ed.). Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

D.13 - Diálogos Metodológicos

Bibliografia Básica

KOHLSDORF, Nara. Apostila de metodologia de pesquisa: 1º e 2º módulos. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Norma brasileira ABNT NBR 15287: informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Norma brasileira ABNT NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

Bibliografia Complementar

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.



D.14 - Disciplina Integradora Aplicada

Bibliografia

LANNA, Rodrigo. Tomada de decisão e economia comportamental: aplicações na gestão do risco na agricultura. Campinas, SP: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), jul. 2020. Material apresentado em palestra.

ASSAD, Leonor. Agricultura sustentável: saída para as crises do século XXI. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2020. Material apresentado em palestra.

ASSAD, Maria Leonor Lopes. Funções sociais e ambientais do solo. In: SIMPÓSIO SOLOS, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE. Araras, SP: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus de Araras, s.d. Material apresentado em palestra.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra e cultura da sustentabilidade. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 6, p. 15–29, 2005.

D.14 - Palestras

Trata-se de um ciclo de mesas redondas e palestras a partir das quais se organizarão debates em torno aos temas tratados, com o objetivo de propiciar a efetiva participação dos alunos, sendo assim, são consideradas as bibliografias básicas de todas as disciplinas.

